

ENTRE FRONTEIRAS E EXCLUSÕES: A LUTA PELA INCLUSÃO DE MIGRANTES VENEZUELANOS NO BRASIL À LUZ DA HISTÓRIA DA ESCRAVIDÃO E DA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

Sandra Veronica Barzallo
Grazielle Betina Brandt

GRUPO DE TRABALHO: GT5: Desenvolvimento urbano, urbanização, inclusão social e qualidade de vida:

RESUMO

O artigo analisa a situação recente dos migrantes venezuelanos no Brasil, destacando os desafios de inclusão e as semelhanças com a história da escravidão e da marginalização social enfrentada por outros grupos no país. Desde 2018, o Brasil tem recebido um grande fluxo de migrantes devido à crise humanitária na Venezuela, e, apesar das políticas de inclusão implementadas pelo Estado e organismos internacionais, muitos migrantes ainda enfrentam exclusão social, dificuldades no acesso ao mercado de trabalho e discriminação. A obra de Gilberto Freyre (2006) é aqui utilizada para refletir sobre as dinâmicas de exclusão social na formação da sociedade brasileira, comparando a marginalização dos migrantes venezuelanos à dos negros durante a escravidão. A resistência histórica dos escravizados e a criação de redes de apoio pelas mulheres migrantes venezuelanas são ressaltadas como formas de enfrentamento à opressão. O texto conclui que, embora as condições atuais sejam diferentes, os migrantes enfrentam processos de marginalização semelhantes aos vividos pelos escravizados, apontando a necessidade de políticas públicas que promovam uma verdadeira inclusão social e combatam as desigualdades estruturais no Brasil. Por outro lado, Freyre (2006) via a cultura brasileira como produto de uma convivência entre diferentes povos, que, com o tempo, se amalgamaram num "complexo cultural". Em sua ótica, os estrangeiros poderiam ser absorvidos pela cultura nacional. A ideia de uma cultura nacional que assimila o "outro" contrasta com a realidade contemporânea em que o migrante, em especial o pobre e racializado, é marginalizado, o que indica limites na visão integradora de Freyre.

Palavras-chave: Migrantes. Escravidão. Desenvolvimento regional.

INTRODUÇÃO

Desde 2018, o Brasil tem experimentado um fluxo contínuo de migrantes venezuelanos, especialmente na região norte, como resultado da crise humanitária enfrentada pela Venezuela. A resposta do Estado brasileiro foi, em grande parte, pautada em políticas de inclusão, abrangendo áreas essenciais como saúde, educação e serviços sociais, buscando garantir direitos fundamentais aos refugiados e migrantes. Segundo dados do portal R4V, até maio de 2024, o Brasil tem recebido 626.885 migrantes e refugiados venezuelanos, chegando a se posicionar como o terceiro país de destino, após Colômbia e Peru, que ocupam as primeiras posições. (R4V, 2025) Essa abertura, promovida por iniciativas do governo federal, governos estaduais e organismos internacionais, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e as Nações Unidas (ONU), visa minimizar os impactos da migração forçada, proporcionando a esses indivíduos acesso a direitos básicos e condições dignas de vida.

No entanto, apesar dos esforços governamentais e internacionais, os migrantes venezuelanos ainda enfrentam desafios significativos no Brasil, em especial no que diz respeito à exclusão social e à marginalização. As políticas de acolhimento, embora progressistas em alguns aspectos, não têm sido suficientes para assegurar uma integração plena e justa desses indivíduos à sociedade brasileira. Muitos migrantes encontram-se em situações de vulnerabilidade, com dificuldades para acessar o mercado de trabalho formal, além de enfrentarem discriminação e preconceito devido à sua condição de estrangeiros¹. Assim, a experiência atual dos migrantes venezuelanos remete a questões estruturais e históricas de exclusão, que, embora em contextos diferentes, compartilham semelhanças com o processo de marginalização vivido por outros grupos no Brasil, como foi o caso dos negros durante o período da escravidão.

A análise das conexões entre a situação dos migrantes venezuelanos e a exclusão social histórica pode ser aprofundada a partir da obra de Gilberto Freyre, um dos principais sociólogos e antropólogos brasileiros. Em seu livro *Casa-Grande & Senzala*, Freyre argumenta que a formação da sociedade brasileira foi profundamente marcada pela interação entre diferentes grupos étnicos e sociais, incluindo negros, indígenas e brancos. No entanto, essa convivência não foi isenta de uma hierarquia racial, que resultou na marginalização e

¹ Termo utilizado por (BAUMAN, 2017) no seu livro “Estranhos à nossa porta” para se referir aos migrantes econômicos e refugiados.

discriminação de grupos não-brancos, perpetuando desigualdades sociais que ainda são evidentes nas relações contemporâneas do país.

A visão de Freyre, que explora a mestiçagem e as tensões sociais decorrentes dessa diversidade, pode ser útil para compreender as dinâmicas de exclusão enfrentadas pelos migrantes venezuelanos, inseridos em um contexto em que a identidade nacional e a aceitação social ainda são profundamente influenciadas por questões raciais (Freyre, 2006).

Freyre (2006) minimizou os conflitos raciais e sociais em favor de uma narrativa harmoniosa da miscigenação. No caso dos venezuelanos, vemos reproduções de desigualdades e hierarquizações étnico-raciais e econômicas, especialmente nas regiões de fronteira e nas periferias urbanas brasileiras. Migrantes venezuelanos, mesmo qualificados, enfrentam barreiras para validação de diplomas, inserção no mercado formal e acesso a políticas públicas — uma exclusão que a leitura freyreana dificilmente explicaria com precisão.

ALGUNS ASPECTOS SIMILARES A ESCRAVIDÃO E A SITUAÇÃO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS: OLHANDO PARA E ALÉM DA OBRA FREYRIANA

Durante o período da escravidão, os negros eram marginalizados, tratados como propriedade e submetidos a condições desumanas. No livro intitulado “Raízes do conservadorismo brasileiro” de Juremir Machado da Silva, o autor relata no primeiro capítulo, alguns escritos de manchetes do dia 14 de maio de 1888, um dia após ter sido sancionada a abolição da escravatura no Brasil. Nele ele relata o sentimento de rechaço, e como no mês de maio de 1888 o Brasil sacudiu de sul a norte por ter se convertido no último país a “enterrar a infâmia do parasitismo escravista justificado por razões econômicas, [...] e reforçado, no imaginário de muitos, por teorias que se pretendiam científicas” (Silva, 2017, p. 13)

A riqueza do Brasil foi construída pelo braço escravo. Para sempre, os brancos serão devedores dos negros trazidos da África como mercadorias, raptados e violentados. [...] Jamais se pagará a devida indenização aos descendentes desses heróis anônimos expatriados, subjugados, espoliados, humilhados, parasitados e abusados. [...] (Silva, 2017, p. 11)

Outro aspecto onde a marginalização e exclusão social era palpável no período da escravatura trata-se das colônias de plantação, especialmente ao se analisar as dinâmicas sociais e econômicas que nela prevaleceram, todas características de um sistema que promoveu a desigualdade estrutural. As grandes plantações eram sustentadas pelo trabalho forçado de africanos e africanas escravizadas. Nesse contexto, a marginalização se

manifestava de forma explícita, quando os negros e negras escravizadas eram considerados propriedades, sem direitos civis ou humanos, sem acesso à terra, educação e qualquer forma de ascensão social.

[...] A "colônia de plantação", caracterizada pela base agrícola e pela permanência do colono na terra, em vez do seu fortuito contato com o meio e com a gente nativa. No Brasil iniciaram os portugueses a colonização em larga escala dos trópicos por uma técnica econômica e por uma política social inteiramente novas: [...] a primeira: A utilização e desenvolvimento de riqueza vegetal pelo capital e pelo esforço do particular; a agricultura; a sesmaria; a grande lavoura escravocrata. A segunda: o aproveitamento da gente nativa, principalmente da mulher, não só como instrumento de trabalho, mas como elemento de formação da família. [...] (Freyre, 2006, p. 79)

Por outro lado, a exclusão social também afetava outros grupos, como os indígenas, que eram forçados a se submeter ao sistema de trabalho ou eram eliminados fisicamente das áreas de colonização. A sociedade colonial brasileira, portanto, estava estruturada em uma rígida hierarquia social, na qual, os donos de terras e de engenhos, ocupavam o lugar mais alto, e os negros e indígenas estavam no fundo dessa pirâmide, em posições de subordinação e exploração.

[...] Em várias casas-grandes da Bahia, de Olinda, de Pernambuco se têm encontrado, em demolições ou escavações, botijas de dinheiro. [...] "verdadeira fortuna em moedas de ouro". Em outras casas-grandes só se têm desencavado do chão ossos de escravos, justificados pelos senhores e mandados enterrar no quintal, ou dentro de casa, à revelia das autoridades. Conta-se que o visconde de Suaçuna, na sua casa-grande de Pombal, mandou enterrar no jardim mais de um negro supliciado por ordem de sua justiça patriarcal. (Freyre, 2006, p. 41)

A colônia de plantação, por sua vez, organizava a sociedade em torno de um sistema que excluía a grande maioria da população de qualquer possibilidade de autonomia, mobilidade social ou direitos. Os africanos escravizados eram marginalizados não só economicamente, mas também politicamente e culturalmente, sendo submetidos a um regime de opressão que visava impedir sua integração plena à sociedade.

A reflexão sobre esse modelo colonial ajuda a compreender as raízes da exclusão social que ainda persistem no Brasil contemporâneo, com reflexos em diversas camadas da sociedade, como visto na marginalização na atual situação dos imigrantes venezuelanos, por exemplo.

No ano de 2021 no município de Venâncio Aires foi feita uma pesquisa com mulheres migrantes venezuelanas para entender o processo de migração dessas mulheres, e como isso foi construindo momentos de aprendizagem fora de uma sala de aula. Para efeitos desta escrita vai se tomar alguns dos depoimentos feitos por elas durante a pesquisa realizada.

Dentro dos depoimentos coletados foram evidenciadas situações nas quais se observam formatos de exclusão social, onde o patrão de forma enganosa convence um grupo de pessoas para trabalhar, sendo que o que tinha oferecido não era real.

“...foi por medio de la ONU, del ejército y de un señor de aquí, pero cuando llegamos aquí, no cumplió las expectativas de lo que se esperaba, mi esposo, sí, a él se le ofreció una cosa y cuando llegó fue otra cosa, [...] esa persona nos humilló, y me incluyo, él hizo una reunión con nosotros, y fue algo como que ustedes son allá, y yo estoy aquí, y desde ese momento nos dimos cuenta [...]” (Relato 1, 2021)” (Barzallo, 2022, p. 64)

“... eso es aquí y en todos lados, a nosotros los migrantes a veces nos quieren ver la cara, uno de mis primeros intentos de trabajo [...] fue en una escuela de idiomas, [...] le pregunté cuánto paga y dijo – mira, yo pago 20 reales la hora... yo acepté... Cuando empecé a trabajar me dijo – mira, todavía no te puedo dar clases porque como nunca has sido profesora, te tengo que entrenar, yo acepté... cuando se acabó el mes yo seguía en prácticas, y lo que hacía era acompañar a las otras profesoras a sus clases... nunca firmaron mi cartera de trabajo a pesar de que yo lo pedía, ella decía ¡ah! Si, si... podemos hacer un contrato con la contadora... y me daba largas... y cuando se acabó el mes, el valor que yo recibí era menos de la mitad, no llegaba ni a 200 reales, era muy poquito, y le pregunté como así, si tu dijiste 20 reales la hora, y ello dijo – si, pero son las horas clase, y tu no has dado ninguna clase – para mí eran 20 reales la hora, no había diferencia de que 20 reales tal cosa, 10 reales tal otra, 5 reales otra... entonces ella dice – la verdad es que ha sido mi tiempo que yo he invertido en ti, y aún así te estoy pagando – eso me dolió en el corazón, yo agarré mis cosas, y me fui no volví más... y yo lloraba y decía que aquí estos brasileños te explotan y son de lo último, que se aprovechan de la gente, y es que realmente tu no sabes las leyes de Brasil, tu no sabes cuales son tus derechos...” (Relato 4, 2021,) (Barzallo, 2022, p. 67)

Enganos, humilhações e abusos é o que as migrantes vivenciaram no contexto no qual elas estão. No Brasil, o programa encarregado da mobilização interna dos imigrantes venezuelanos é conhecido como Operação Acolhida e dentro dele está a articulação de Vaga de Emprego Sinalizada (VES), tudo, com a colaboração do Ministério de Defesa brasileiro e da Organização das Nações Unidas. (Almeida, 2022)

O procedimento diz que cada empresa precisa fornecer um cadastro ao Exército Brasileiro, reunindo documentos, especialmente documentação relacionada à comprovação de responsabilidade social, junto com uma declaração em que se prova a inexistência de trabalho escravo e exploração de mão de obra infantil na empresa. (Barzallo, 2022, p. 65)

Evidentemente quando se trata do VES, é preciso ter um controle pós postagem desses migrantes e poder entender efetivamente a sua situação de trabalho e assim poder compreender qual a situação real e se os seus direitos estão sendo respeitados.

Freyre também sugere que a construção da identidade brasileira, apesar de ser mestiça e inclusiva em um sentido cultural, sempre foi marcada por uma hierarquia racial.

[...] Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: "Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar" ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. (Freyre, 2006, p. 72)

Esse aspecto é relevante para refletir sobre como a sociedade brasileira lida com a chegada de novos grupos, como os imigrantes venezuelanos. Apesar de, em teoria, o Brasil ser um país que se orgulha de sua diversidade, na prática, muitos grupos marginalizados

enfrentam barreiras para serem completamente integrados na sociedade, como foi o caso dos negros na época da escravidão, e como ocorre com migrantes e refugiados hoje.

“...yo en una oportunidad sí, sentí que experimentaba que no querían mezclarse conmigo, cuando estudié aquí el ensino medio, que solo éramos otra venezolana y yo, y uno se intentaba integrar al grupo, mas no sabíamos si era por el idioma o por nosotras, pero un solo momento de habla, y después se distanciaban otra vez, no había una integridad del grupo como tal... desde el comienzo al fin fue así... solo éramos ella y yo, y ella que tenía más tiempo que yo... para ella fue más difícil porque ella estaba sola... ella era sola, no más nadie...” (Relato 2, 2021) (Barzallo, 2022, p. 63)

“[...] mi hermano tiene 23 años, él es mayor y es moreno, y él presencié eso, solo por su apariencia, en una tienda que él iba con mi hermano más pequeño fue a sacar unas copias, y vio había unas personas atendiendo dentro de la tienda, y él toca que toca y lo vieron, y lo que hicieron fue verlo y apenas él entró, se asustaron, y eso que andaban con mi hermano más pequeño. Y preguntó que, si tenían para hacer Xerox, y las mujeres le dijeron que no [...] Lo estaban discriminando” (Relato 2, 2021) (Barzallo, 2022, p. 64)

Durante a escravidão, os negros foram forçados a trabalhar em condições extremamente precárias, sendo explorados sem qualquer perspectiva de liberdade ou direitos. A história se torna intolerável, as histórias são devastadoras. Da Silva nos alertava que mesmo tendo alcançado a liberdade em maio 1888 existem mais perguntas que respostas, que a infâmia continuará, e que é necessário educar.

Quanto sangue negro foi jorrado ao longo dos séculos até se chegar a essa revolução dita "pacífica"? Quantos mártires anônimos foram castigados, torturados, assassinados ou humilhados até o último suspiro na infâmia do cativeiro? Quem se atreveria a observar num dia histórico que essa nódoa jamais se apagaria? O Brasil foi o último da fila. A igualdade ainda não foi alcançada. Os méritos poucas vezes são respeitados. (Silva, 2017, p. 19)

Atualmente, muitos venezuelanos e venezuelanas migrantes deixam o seu país por causa da crise econômica e política. Buscam no Brasil uma chance de sobreviver, muitas vezes em condições de trabalho precárias, em empregos informais e, em alguns casos, até em situações análogas à escravidão, a seguir se colocam alguns depoimentos:

“... anteayer mi esposo llegó del trabajo con una depresión horrible, que se quería ir para Venezuela, - nos vamos pa’ Venezuela! – entonces él dice que su jefe es un psicópata, que es un loco... que el tipo es solo producir, producir, producir, me dice que ese día la comida le cayó mal, y cuando él se dirigió al banheiro, estaba cerrado... entonces él dice – como va a ser una empresa si eso está cerrado, si es para hacer nuestras necesidades, uno como ser humano – Entonces lo fue a buscar... y que el jefe le dijo que a esta hora todos los banheiros deben estar cerrados porque todos tienen que estar trabajando, entonces a mi esposo le dio una indignación por dentro, si eso es algo normal de un ser humano que tiene que ir a hacer sus necesidades, me cayó mal la comida! O sea, me siento mal, necesito dirigirme al banheiro, él señor se apuró, buscó las llaves y le abrió...” (Relato 5, 2021) (Barzallo, 2022, p. 65-66)

“... mi esposo dice que si la cartera se la firman este lunes con el mismo salario, él va embora, porque dice que lo explotan mucho... hace días le dijo al jefe que la máquina está mala, que hay que repararla, y el jefe le dijo que esa máquina no se puede parar, que tiene que estar produciendo, de la máquina el plato del torno, que aquí le dicen placa, voló, y le cayó aquí en la pierna, se le puso un morado así, que le rompió hasta el pantalón, eso era para tener unos dos días de reposo, y a él no le dieron reposo nada... llegó a la casa cojo... entonces él dice que aquí uno no tiene seguridad ni en el trabajo ni en nada, si tu te enfermas, estás con fiebre... no puedes parar, tienes que producirle a la empresa... él no puede reclamarle nada al jefe, que sino vete, así tienes que trabajar....” (Relato 5, 2021) (Barzallo, 2022, p. 66)

Uma outra possível similitude entre a resistência histórica dos escravizados e a situação dos migrantes venezuelanos refere-se às redes de apoio, que surgem como uma

forma de enfrentamento das adversidades. No caso dos escravizados se tem as fugas e as organizações de resistência dos escravizados no Brasil que foram formas importantes de enfrentamento à opressão e à violência sistemática que caracterizavam o sistema escravagista. Os escravizados, apesar da submissão forçada ao trabalho e da brutalidade imposta pelos senhores de engenho e proprietários de terras, demonstraram, por meio de diversas estratégias, uma capacidade notável de resistência, seja de forma individual ou coletiva.

As fugas, eram uma das principais formas de resistência. Muitos escravizados fugiam das propriedades onde estavam submetidos ao trabalho compulsório em busca de liberdade nas cidades ou em áreas mais remotas, como as matas e os quilombos. Essas fugas, muitas vezes, eram feitas em grupos, estabelecendo uma solidariedade entre os fugitivos, que se ajudavam mutuamente no processo de escapar da violência da escravidão. As fugas não eram apenas uma tentativa de escapar fisicamente da opressão, mas também representavam uma recusa ao sistema escravista e uma busca por autonomia e dignidade.

Na pesquisa realizada no município de Venâncio Aires, localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, Brasil, situado entre os Vales do Rio Pardo observou-se que, à medida que as mulheres migrantes compartilhavam suas vivências, emergiam entre elas histórias e experiências comuns que facilitavam a criação de conexões afetivas e solidárias. Essas trocas não apenas promoviam um senso de pertencimento, mas também contribuíam para o empoderamento das mulheres, fortalecendo sua resiliência diante das dificuldades impostas pela migração e pela exclusão social.

São essas redes que se vão construindo que nos permitem, que nos ensinam a resistir, onde as mulheres criamos um vínculo através de um fio invisível, e em algumas das vezes imperceptível, pois ele nos junta, e nos invita a entender o lugar onde nós estamos hoje. Nossas culturas e costumes com que chegamos poderiam ser consideradas como empecilhos, sendo que, para podermos desenvolver neste novo lugar, as redes de mulheres migrantes estão aqui para desembaraçar os nós nas nossas cabeças, para entender questões como a costumes locais. (Barzallo, 2022, p. 70)

A obra de Gilberto Freyre, especialmente *Casa-Grande & Senzala* (1933), tem uma contribuição indireta, porém significativa, para o debate sobre migrações, embora ele próprio não se dedique diretamente ao estudo dos fluxos migratórios internacionais como os entendemos hoje. Freyre compreende a formação da sociedade brasileira como fruto do encontro entre três grandes matrizes — a europeia, a africana e a indígena —, resultado de processos de deslocamento que, em grande parte, se deram sob a forma de migração forçada, como foi o caso do tráfico transatlântico de africanos escravizados. Nesse sentido, a

escravidão aparece como uma das formas mais violentas de mobilidade humana, com impactos profundos na constituição das estruturas sociais, culturais e econômicas do país.

Freyre reconhece que os africanos trouxeram consigo conhecimentos técnicos, práticas religiosas, culinárias e modos de vida que influenciaram diretamente o cotidiano do Brasil colonial e pós-colonial. Contudo, sua abordagem é frequentemente criticada por suavizar a brutalidade da escravidão, valorizando a adaptação e a convivência entre os diferentes grupos étnicos, o que contribuiu para a construção do mito da democracia racial brasileira. Para o autor, a miscigenação não foi apenas um fato biológico, mas um elemento fundamental da identidade nacional, resultado das relações — muitas vezes hierárquicas e violentas — entre senhores e escravizados, colonizadores e colonizados.

Ao mesmo tempo, Freyre destaca o papel dos portugueses como colonizadores que, segundo ele, teriam uma maior capacidade de adaptação ao clima tropical e de convivência com outras culturas. Esse traço teria favorecido o surgimento de uma sociedade marcada pela mestiçagem. Essa leitura, contudo, minimiza os conflitos e desigualdades que caracterizaram essas relações. Embora Freyre não trate diretamente das migrações contemporâneas, sua obra oferece subsídios para refletir sobre os processos históricos de mobilidade, contato entre culturas e formação de identidades.

Comparando com as migrações recentes, como a dos venezuelanos para o Brasil, é possível perceber analogias na forma como os deslocamentos provocam o encontro entre culturas distintas e produzem novas tensões e negociações identitárias. No entanto, diferentemente do contexto abordado por Freyre, as migrações atuais são marcadas por questões legais, políticas e humanitárias, como o direito ao refúgio, a integração social e o combate à xenofobia — dimensões que não fazem parte do escopo de análise do autor. Assim, embora a obra de Freyre dialogue com os temas das migrações por meio de sua abordagem da formação social brasileira, ela precisa ser lida criticamente e complementada por autores que considerem as complexidades e os desafios das migrações no mundo contemporâneo.

A análise entre a obra de **Gilberto Freyre** e a situação dos **migrantes venezuelanos no Brasil contemporâneo** permite construir paralelos e contrastes importantes, tanto no plano conceitual quanto sociológico. Algumas analogias podem ser pensadas, como i) o outro na formação social brasileira: Em *Casa-Grande & Senzala*, Freyre apresenta o Brasil como uma sociedade formada pela interação entre portugueses, africanos e indígenas. Esses

"outros" (do ponto de vista do colonizador) são absorvidos na formação de uma cultura mestiça. Também são "outros", estrangeiros em situação de vulnerabilidade, cuja presença provoca reações da sociedade brasileira — desde a hospitalidade até a rejeição. Assim como no Brasil colonial, há tentativas (explícitas ou implícitas) de assimilação cultural ou de subalternização. ii) Trabalho e hierarquia social: A relação entre senhores e escravizados está no centro da formação social, sendo o trabalho um marcador fundamental de hierarquia, mesmo quando mascarado por relações afetivas. Os migrantes venezuelanos frequentemente inseridos em empregos precarizados (como serviços gerais, construção civil, trabalho doméstico e informalidade), com pouca proteção legal, eles ocupam hoje posições análogas às dos grupos subordinados descritos por Freyre — inclusive sofrendo romantizações da sua “resiliência” ou “gratidão”, o que suaviza as relações desiguais.

Já as diferenças em relação a obra de Gilberto Freyre (2006) podem ser mencionadas, como: i) Análise voltada à formação interna da sociedade brasileira, dentro de uma perspectiva nacionalista e culturalista. Gilberto Freyre não aborda movimentos migratórios contemporâneos ou fronteiras geopolíticas. Os migrantes venezuelanos vivem as consequências de deslocamentos internacionais forçados, atravessando fronteiras e regimes jurídicos. Enfrentam barreiras legais (documentação, reconhecimento de diplomas, acesso a políticas públicas), além de serem afetados por discursos políticos xenofóbicos. Nessa perspectiva, Freyre não fornece ferramentas analíticas para entender fluxos migratórios transnacionais e o papel das fronteiras geopolíticas, o que exige outros referenciais (como a migração forçada, o direito internacional, ou os estudos decoloniais).

Há ainda outro ponto diferencial interessante a ser mencionado: ii) A invisibilização do racismo estrutural em Freyre (2006). Nesse sentido, Freyre (2006) foi criticado por suavizar ou romantizar a violência da escravidão e das relações raciais no Brasil, contribuindo para o mito da “democracia racial”. Especialmente os migrantes racializados (negros, indígenas, mestiços), enfrentam barreiras raciais e sociais explícitas: preconceito linguístico, exclusão institucional, criminalização da pobreza. O racismo estrutural está presente e é visível nas migrações recentes para o Brasil. A narrativa de Freyre, embora crítica, é pouco útil para denunciar essas formas contemporâneas de opressão — muitas vezes, serve mais para disfarçá-las.

No caso dos migrantes, a migração é uma necessidade diante de crises políticas, econômicas e humanitárias. Eles lutam pelo reconhecimento de seus direitos, não por integração cultural passiva ou simbólica. Ao compararmos a leitura de Gilberto Freyre sobre

o “outro” na formação social brasileira com a realidade dos migrantes venezuelanos no Brasil contemporâneo, percebemos que, embora existam pontos de contato no que diz respeito às dinâmicas de poder, trabalho e exclusão, os limites do pensamento freyreano se tornam evidentes frente à complexidade das migrações atuais. O desafio hoje é construir abordagens que incorporem os direitos humanos, a interseccionalidade e a crítica às estruturas coloniais e racistas ainda presentes na sociedade brasileira.

A obra de Gilberto Freyre é fundamental para compreender a formação da sociedade brasileira, especialmente por sua ênfase na mestiçagem como traço identitário do país. No entanto, para refletir criticamente sobre as migrações contemporâneas e as desigualdades estruturais que persistem, é necessário complementar essa leitura com autores que problematizam a naturalização das relações raciais, culturais e sociais presentes em sua obra. Um exemplo é Lélia Gonzalez (1984), que questiona o mito da democracia racial e evidencia como o racismo continua estruturando as relações sociais no Brasil, apesar da aparência de convivência harmoniosa entre os diferentes grupos étnicos. A perspectiva de Stuart Hall (1997) também é importante para essa discussão, ao tratar da identidade como algo historicamente construído, relacional e atravessado por relações de poder. Hall permite compreender que as identidades “mestiças” descritas por Freyre não são produtos de sínteses culturais pacíficas, mas campos de disputa simbólica e social. Essa abordagem dialoga com os desafios contemporâneos das migrações, especialmente no que diz respeito aos processos de pertencimento, exclusão e xenofobia enfrentados por grupos migrantes, como os venezuelanos no Brasil. Autores como Achille Mbembe (2003), ao desenvolver o conceito de necropolítica, ampliam esse debate ao mostrar como Estados e políticas migratórias geram formas de controle, exclusão e até eliminação de populações indesejadas, especialmente nos contextos do sul global. Por fim, Patricia Hill Collins (1990), com sua abordagem interseccional, reforça a importância de considerar os marcadores de raça, gênero e classe para compreender as múltiplas opressões enfrentadas pelas populações migrantes, algo ausente na leitura de Freyre.

Assim, enquanto Gilberto Freyre oferece um marco inicial para pensar os encontros culturais e a formação social brasileira, os autores contemporâneos ajudam a atualizar essa discussão, incorporando uma crítica às estruturas de dominação, às exclusões históricas e aos desafios das migrações atuais. Essa articulação entre diferentes perspectivas permite uma análise mais complexa e comprometida com a justiça social e a compreensão das dinâmicas migratórias no Brasil contemporâneo.

CONCLUSÃO

Em síntese, ao comparar a situação dos migrantes venezuelanos com a dos negros no período da escravidão no Brasil, observamos que, embora as condições atuais não sejam as mesmas, os processos de marginalização e exclusão social enfrentados pelos venezuelanos poderiam ser considerados como análogos aos vividos pelos escravizados. A experiência de ser considerado "outro" em uma sociedade que preserva hierarquias raciais e sociais resulta em obstáculos significativos para a plena integração dos migrantes na sociedade brasileira. Essa marginalização, refletida em dificuldades no acesso a serviços, oportunidades de emprego e reconhecimento social, é uma continuação das práticas de exclusão que marcaram a escravidão e suas consequências para as gerações subsequentes.

Freyre, ao abordar a mestiçagem e a construção da identidade nacional brasileira, ressalta que, apesar da convivência de diferentes grupos, persiste uma hierarquia social que exclui os que são considerados "outros". Esse conceito de mestiçagem, que no discurso oficial muitas vezes é visto como um símbolo de integração e harmonia, também carrega a marca de uma desigualdade estrutural que ainda afeta as relações sociais no Brasil. Assim, o país se depara com a necessidade de reavaliar suas práticas de inclusão e integração, especialmente no que se refere a grupos vulneráveis como os imigrantes venezuelanos, que continuam a enfrentar barreiras sociais, culturais e econômicas.

Portanto, o Brasil precisa refletir sobre as semelhanças entre as exclusões históricas, como a da escravidão, e os processos contemporâneos que marginalizam os migrantes, incluindo os venezuelanos. É fundamental que políticas públicas sejam repensadas, com foco na criação de um ambiente mais inclusivo, que não só reconheça os direitos desses indivíduos, mas também se comprometa com a transformação das estruturas sociais que ainda perpetuam a desigualdade. Somente por meio de uma ação consciente e inclusiva será possível superar as marcas profundas deixadas pela escravidão e avançar em direção a uma sociedade mais justa e equitativa para todos. A migração venezuelana recente evidencia a necessidade de abordar a obra freyriana, mas necessita ir além das leituras de Freyre (2006), incorporando abordagens decoloniais, interseccionais e críticas às estruturas de poder que moldam as dinâmicas migratórias contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rebeca. A securitização do humanitarismo: percepções sobre a interiorização de imigrantes venezuelanos no Brasil. Informalidade e proteção dos trabalhadores imigrantes navegando pelo humanitarismo, securitização e dignidade. **OUTRAS EXPRESSÕES**, São Paulo, n. 1, p. 13-23, janeiro 2022.
- BARZALLO, Sandra. Nós, as recém-chegadas.: Mulheres migrantes venezuelanas e aprendizagens sobre migração em um espaço não-escolar. **Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Educação-Doutorado) - Universidade de Santa Cruz do Sul**, Santa Cruz do Sul, 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Estranhos à nossa porta**. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 1990.
- FREYRE, Gilberto. **Casa - Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras: uma coletânea de textos sobre feminismo, racismo, política e cultura*. Org. Flávia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 1984 [Reedição 2017].
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 Edições, 2018. [Texto original de 2003].
- R4V. Plataforma de Coordinación Interagencial para Refugiados y Migrantes de Venezuela. **REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA**, 2025. Disponível em: <<https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes>>. Acesso em: 11 fevereiro 2025.
- SILVA, Juremir. Machado. **Raízes do conservadorismo brasileiro**: A abolição na imprensa e no imaginário social. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.